



REPRODUÇÃO/ND

**Câmara extra foi instalada após pedido da defesa de Lula para filmagem exclusiva ser vetado**

# Por outro ângulo

**Novo vídeo** de audiência mostra Lula e Moro cara a cara

A Justiça Federal do Paraná divulgou ontem, um dia depois do interrogatório do ex-presidente Lula pelo juiz Sergio Moro, vídeos da audiência em um outro ângulo. A determinação para que duas câmeras filmassem a audiência foi dada por Moro na segunda, após pedido dos advogados de Lula para que a gravação fosse diferente das outras audiências da Lava Jato.

Os advogados queriam que uma equipe do ex-presidente filmasse o depoimento ou que o registro fosse modificado,

como foco na pessoa que falava, e não somente em quem estivesse depondo. Eles argumentaram que seria negativo registrar somente o réu e que isso poderia influenciar em sua presunção de inocência.

Moro recusou o pedido, mas “para evitar qualquer afirmação equivocada de que se pretende esconder algo na audiência” aceitou gravar o interrogatório com uma câmera extra, na lateral da sala, com ângulo mais aberto.

Os novos vídeos mostram Lula e Moro separados por

apenas uma mesa e as reações do juiz às falas do ex-presidente. Neles, além do juiz e do ex-presidente, aparecem os membros do Ministério Público, advogados de Lula e da Petrobras. A estatal é assistente de acusação no processo.

Após o interrogatório, os advogados de Lula, em entrevista coletiva, afirmaram que as perguntas feitas por Moro foram “perseguição política” e “ilegítimas”. Para a defesa, as questões abordaram temas de fora da ação, como o sítio de Atibaia (SP) e o mensalão. ●

## Principais pontos do depoimento

**Interrogatório com o ex-presidente durou quase cinco horas**

### COMPRA DO TRÍPLEX

■ Lula disse a Moro que nunca teve intenção de adquirir o triplex e atribuiu decisões sobre o imóvel à ex-primeira-dama Marisa Leticia, morta em fevereiro.

■ O juiz então questionou Lula sobre visita ao imóvel feita pela mulher do petista em 2014, época em que ele diz que já havia desistido da compra. “Eu não sabia que tinha tido visita. Não sei se o senhor tem mulher, mas nem sempre ela pergunta para a gente o que vai fazer”, afirmou.

### MORTE DE MARISA

■ Lula disse que não há provas contra ele no processo e chegou a alfinetar Moro. Afirmou que uma das causas da morte de Marisa foi “a pressão que ela sofreu” e questionou a divulgação de conversas de sua família, em 2016.

### “MÊS LULA”

■ O petista reclamou do que chamou de “mês Lula” – acusações feitas nas últimas semanas por réus já condenados. “Foi o mês em que vocês trabalharam, sobretudo o Ministério Público, para trazer todo mundo para falar uma senha chamada Lula. O objetivo era dizer Lula. Se não dissesse Lula, não valia.”

### CONSPIRAÇÃO

■ Moro pergunta se Lula se acha vítima de conspiração. Resposta: “Não, eu entendo e acompanho pela imprensa, que pessoas como Léo Pinheiro, que está já há algum tempo querendo fazer delação. Primeiro ele foi condenado a 23 anos de cadeia. Depois se mostra na televisão como se vive a vida de nababo dos delatores. [...] Delatar virou quase o alvará de soltura.”

### POWERPOINT

■ As críticas de Lula à Lava Jato foram da apresentação de um PowerPoint em entrevista coletiva no ano passado até a não devolução de tablets de seus netos que foram apreendidos em uma ação de busca, também em 2016.

### MENSALÃO

■ Lula se recusou a responder sobre o mensalão, sentenciado no STF em 2012, e afirmou que já foi “julgado” nas urnas.

### CANDIDATURA

■ Afirmou que estava “encerrando” sua carreira política antes da Lava Jato, mas decidiu voltar. “Depois de tudo o que está acontecendo, estou dizendo em alto e bom som que vou querer ser candidato em 2018.”



**SINDICATO NACIONAL  
DOS AUDITORES  
FISCAIS DO TRABALHO**

A PEDIDO

## O Sindicato dos Auditores-Fiscais do Trabalho e as possíveis mudanças na legislação do trabalho e na previdência



**Lilian Carlota Rezende**  
Auditora Fiscal do Trabalho  
Delegada Sindical do SINAIT em SC.

Parece “lugar comum” que um sindicato seja contra as reformas trabalhistas e previdenciárias, como aquela velha história conhecida na ilha de Florianópolis de que “farinha pouca meu pirão primeiro”.

Mas a análise de questões tão importantes como estas não pode ser feita a partir de ideias preconcebidas, ou de verdades absolutas impostas por governantes que têm estreita relação com bancos que desejam implantar planos de aposentadoria complementares.

Que há a necessidade da discussão do atual modelo previdenciário é fato, ninguém nega que a população tem uma expectativa maior de vida e que isto vai impactar negativamente nas contas previdenciárias em algum momento.

No entanto é preciso que se abra a “caixa preta” da previdência, pois muito do que é pago não tem uma contraprestação, como exemplo “aposentadorias e benefícios sociais” - que são aqueles que as pessoas recebem não exatamente porque contribuíram, mas porque pertencem a grupos protegidos, como a do trabalhador rural e para pessoas portadoras de deficiências ou idosos que comprovem não terem renda alguma. Nestes casos o “rombo da previdência” não deveria ser da previdência, mas do governo, porque se trata de um custo social que deveria ser custeado por toda a sociedade, e não apenas pelos valores que trabalhadores e empresas contribuem. Isso sem falar nos bilhões que o governo abriu/abre mão de receber ao desonerar a folha de pagamento de atividades como a construção civil.

Outra questão a ser discutida é a mudança de regras para aqueles que já trabalham, porque a limitação no pagamento das aposentadorias passa a ser como um confisco, a exemplo o que Collor fez com as poupanças em 1990, já que a matemática demonstra que muitos trabalhadores, da economia privada ou servidores públicos, se ao invés de terem valores descontados compulsória e mensalmente de seus créditos salariais com fins às contribuições previdenciárias, se tivessem aplicado estes valores mesmo na pior das aplicações - a poupança - teriam uma perspectiva de ganho muito maior do que agora o governo quer assumir.

Então o que se pede neste momento é apenas equilíbrio e transparência: quem já teve acesso às demonstrações de que a previdência está falida? Qual governo permitiu o acesso aberto e amplo de tudo o que foi creditado na previdência - conta a conta - desde sua criação - e tudo o que é debitado, e para onde foi? Porque o governo é detentor destas informações, e bastaria apenas permitir a consulta pública, assim como se permite do contracheque dos servidores, tudo pela lei da transparência, justo, muito justo, e então poderíamos estar mais próximos da verdade.